

## CONIMBRIGA: INVESTIGAÇÃO, SALVAGUARDA E APRESENTAÇÃO. PROGRAMAS E PROJECTOS.

Adília Moutinho Alarcão e Virgílio Hipólito Correia

### UMA FILOSOFIA DE ACTUAÇÃO

Conimbriga é uma instituição multifacetada que, sob a égide de uma única figura institucional (o Museu Monográfico), gere um património que lhe deu origem e constitui a sua razão de ser (as Ruínas).

Esta dualidade gere sinergias que, eventualmente, a ultrapassam desenvolvendo-se outras actividades, nomeadamente:

- a missão educativa inerente a qualquer Museu (seja directamente seja através de instituições terceiras como a Liga de Amigos ou o Centro de Formação de Professores que esta hospeda)
- a conservação e restauro do património arqueológico móvel e imóvel
- a investigação científica aplicada nos domínios da arqueologia proto-histórica e clássica (romano-provincial)
- a gestão do território, designadamente nas suas vertentes patrimoniais e ambientais, derivando das referidas missões educativa e conservacionista.

Na suas várias facetas Conimbriga apresenta, por intenção explícita (inclusivamente legal) mas também por força da situação nacional nos vários domínios interessados, níveis de intervenção diferenciados: aquele mais estrito que directamente lhe compete, centrado na investigação, protecção e apresentação das ruínas da cidade romana, e outro mais alargado que, ainda que aparentemente acessório, não parece desejável que se veja restringido.

Assim, a actividade dos serviços educativos do Museu ultrapassa em muito a pedagogia das ruínas; o laboratório trata peças de todo o país e desenvolve uma vasta acção formativa no domínio da conservação; a biblioteca tem servido de manancial para muitos estudos; as ruínas são frequente ponto de visita de estudos especializados e tem-se assistido a uma forte intervenção no ordenamento do território do arco das serras calcárias de

Condeixa - Sicó - Alvaiázere que constituíam a espinha dorsal do *territorium* da cidade.

Educação, Conservação, Investigação e Ordenamento são, portanto, quatro vias de exercício da função de museu que necessitam de meios humanos e financeiros, base logística e planeamento de acção.

O desenvolvimento desta actividade alargada converteu o Museu Monográfico numa referência obrigatória em diversos domínios, proporcionando-lhe uma vasta rede de contactos nacionais e estrangeiros e oportunidades de crescimento diversificado que a sua modestíssima dimensão infra-estrutural nem sempre tem permitido aproveitar.

Por infra-estrutural entendemos aqui o quadro de pessoal técnico aos vários níveis, as instalações dos serviços do Museu, os espaços das ruínas vocacionados para a realização de espectáculos e também as facilidades de alojamento e convivência social indispensáveis à regular realização de cursos de verão, seminários especializados e acampamentos.

Assim encarado numa perspectiva ampla, o problema das infra-estruturas diz respeito não somente à instituição e respectiva tutela, mas também aos órgãos de planeamento e gestão do território em que está inserida.

Entre eles deveriam ter papel dominante as autarquias (Câmara Municipal e Junta de Freguesia), enquanto sedes do poder de decisão e concretização de programas de desenvolvimento local concertado com os interesses dos valores culturais em jogo. Sem uma estreita colaboração das entidades que se encontram no terreno, não é possível harmonizar programas e projectos mediante uma filosofia de base e estratégias comuns, nem garantir a continuidade do apoio político e do envolvimento da população (tão importante um quanto outro !), nem obter financiamentos e investimentos adequados.

## PROGRAMAS E PROJECTOS

### 1 Ruínas

#### 1.1 Salvaguarda

A conjuntura actual e a evolução estrutural a que se assiste parecem-nos oferecer uma oportunidade única para a realização de parcerias e entrosamentos capazes de revitalizar a localidade permitindo, em simultâneo, tirar o máximo rendimento do fluxo turístico que, por si só, o sítio de Conimbriga atrai e preservar e valorizar o ambiente que a cerca.

Há muitos anos que defendemos a necessidade de rever os conceitos subjacentes à definição da área de protecção de Conimbriga, actualizando os seus limites e implicações, convictos de que é tão importante (para a defesa e valorização do monumento quanto para a educação e o prazer espiritual das populações presentes e futuras) salvaguardar as ruínas descobertas ou soterradas como salvaguardar a paisagem, preservando os valores naturais e construídos que oferece, orientando a sua evolução e desenvolvimento numa perspectiva de progresso esclarecido.

Neste sentido, parece-nos indispensável e urgente garantir a concretização dos projectos de conservação e valorização das ruínas de Conimbriga, conforme adiante se expõe, bem como de todos os projectos de outra iniciativa que visem a criação de infra-estruturas turísticas para fixação de visitantes e desenvolvimento das potencialidades lúdicas, pedagógicas, científicas e artesanais da área envolvida - numa zona geográfica fortemente caracterizada, pouco conhecida e relativamente fácil de explorar.

A salvaguarda de Conimbriga é a missão fundamental da tutela do sítio, a vários títulos: porque é a condição essencial para qualquer desenvolvimento local; porque é efectivamente a missão que mais tempo e recursos consome e, sobretudo, porque é de facto o objectivo crucial de todo o envolvimento de Conimbriga - legá-la aos vindouros.

Os conceitos nesta área necessitam, todavia, de elucidação: “Salvaguarda” denota o conceito abrangente que informa todas as acções que devem ser tomadas no sentido de assegurar a sobrevivência para as gerações vindouras dos valores que a geração presente mais valoriza dentre aqueles que se podem isolar no (s vários) património(s). el-rei D. Manuel I, ao mandar colocar na torre da igreja de Santa Cristina as lápides romanas encontradas em Conimbriga, estava a salvaguardar Conimbriga.

“Preservação” é uma intervenção directa que se destina a despistar os perigos que afectam as zonas arqueológicas. A preservação tenta condicionar a envolvente dos vestígios arqueológicos por forma a que estes se eximam às pressões destrutivas: o “Terreno da Faculdade de Letras” adquirido por essa instituição em 1929 foi, assim, objecto de uma medida de preservação. A salvaguarda de Conimbriga, hoje, necessita de acções de preservação a vários níveis, nomeadamente legais, tutelares e de planeamento.

“Conservação” é a actuação directa sobre os vestígios arqueológicos destinada a permitir-lhes (em abstracto) uma taxa de sobrevivência física tão alargada quanto possível, ou a alargar o período de sobrevivência daqueles vestígios já identificados. Neste sentido, a decisão institucional de não prosseguir escavações arqueológicas em larga escala no planalto da cidade é uma medida de conservação. Num sítio com a importância social adquirida por Conimbriga ao longo dos últimos cento e

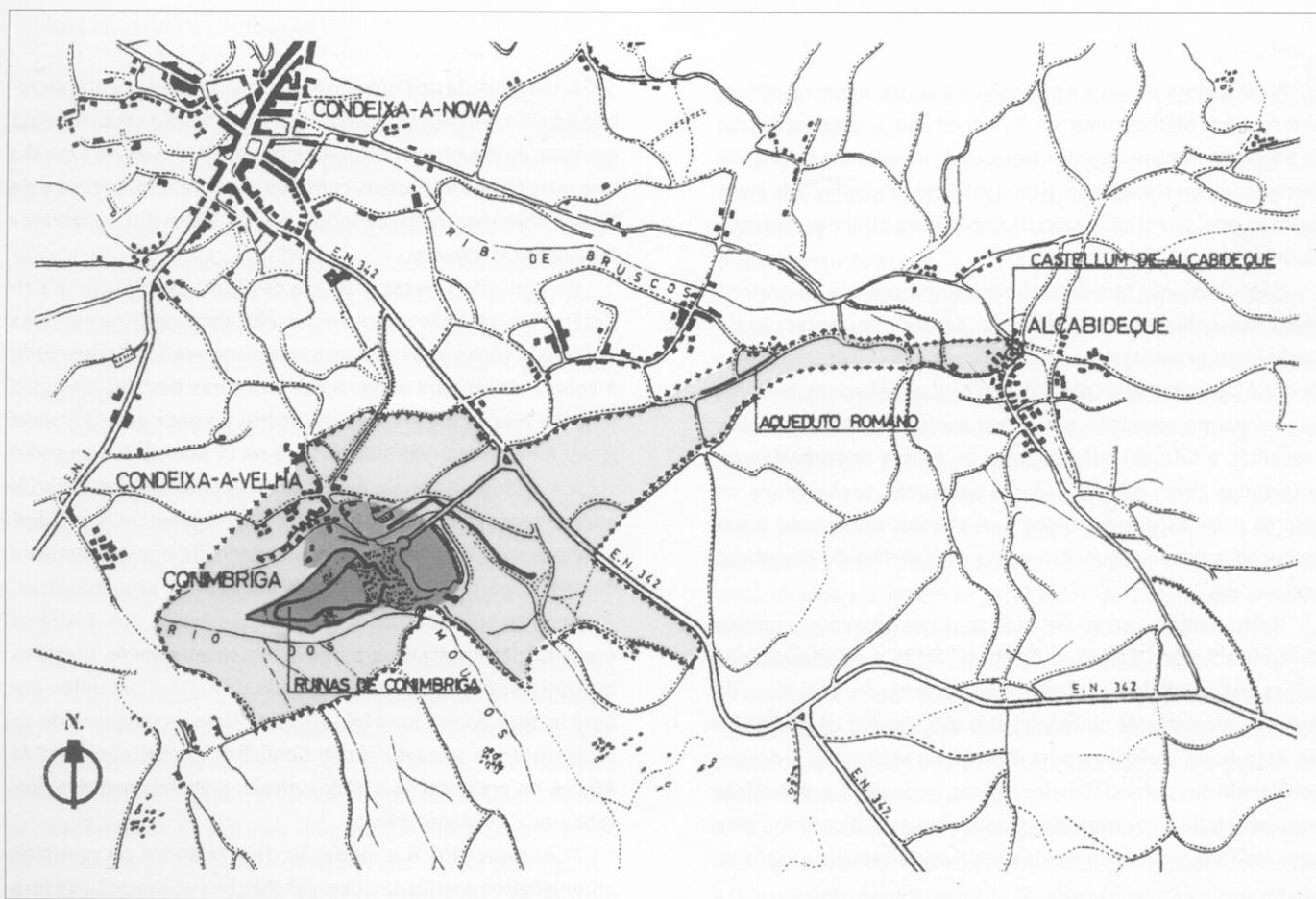





FIG. 1 ÁREA DE PROTECÇÃO DE CONIMBRIGA:

- 1  Perímetro da zona de protecção estabelecida pela portaria de 12/11/71;
- 2  Zona *non aedificandi* a propor, cujos terrenos já são propriedade do Estado;
- 3  Zona *non aedificandi* a propor, propriedade de particulares.

cinquenta anos não é aceitável que todas as medidas de conservação se resumam à manutenção das estruturas soterradas ou ao reenterramento daquelas escavadas. Por “apresentação”, que também se pode designar por “valorização”, devemos, portanto, conceber todos os projectos tornados necessários ou aqueles modificados pela necessidade de, ao conservar estruturas arqueológicas a céu aberto, as tornar inteligíveis e fruíveis pelo público, como sejam a cobertura da Casa dos Repuxos (concluída) ou a restituição de elementos do fórum (projectada).

#### 1.1.1 PROTECÇÃO LEGAL

Conimbriga foi objecto de classificação como Monumento Nacional pelos Decretos de 16/VI/1910 e nº 47508, de 24/I/67.

A zona de protecção das ruínas de Conimbriga e do conjunto dos restos do aqueduto romano de Conimbriga e do *castellum* de Alcabideque, fixada por portaria de 12 de Novembro de 1971 (DG 25/XI, 6701), encontra-se actualmente desactualizada na sua tipificação legal, dada a evolução entretanto seguida pela legislação nacional (nomeadamente a Lei 13/85), sendo notória a necessidade de delimitar uma zona *non aedificandi* e uma zona de protecção especial (nos termos do artº 22º da referida lei) que reflectam também o crescimento da área de terrenos que são propriedade do Estado (a qual, aliás, necessita ainda de incremento) e os instrumentos de planeamento e ordenação do território que incidem especialmente sobre Condeixa-a-Velha.

#### 1.1.2 AQUISIÇÕES

A protecção legal por mais apurada embora, não será suficiente para garantir uma efectiva salvaguarda dos vestígios arqueológicos na área de contacto da cidade romana com a aldeia de Condeixa-a-Velha. A fossilização da aldeia como efeito secundário de uma rigorosa protecção aos vestígios - preocupação justamente expressa em instrumentos de planeamento local, como o plano de pormenor - não é desejável, mas a flexibilidade no entendimento da protecção já deu maus resultados.

Parece impor-se a solução de ampliar o programa de aquisições ou expropriações por parte do Estado, com duas virtudes: elimina as ameaças ao património e permite a gestão directa dos espaços pelo Museu Monográfico; funciona como uma medida periquativa junto dos proprietários que se consideram, com alguma razão, prejudicados pela vizinhança de Conimbriga. Deveriam ser adquiridos todos os terrenos que respondessem simultaneamente às duas condições de, i) fazerem parte do perímetro da cidade delimitado pela muralha augustana; ii) não estarem já ocupados por construções modernas. Este programa inclui necessariamente outras aquisições, nomeadamente de edifícios sobre e junto do anfiteatro, que permitam garantir a protecção do monumento e as desejáveis expansões do projecto museológico de Conimbriga. Estas extensões incluem, em termos de longo e muito longo-prazo dois objectivos: a criação de uma grande área contínua visitável, incluindo a área das escavações antigas, das escavações luso-francesas e do vale casa dos repuxos/anfiteatro mais a localização, em Condeixa-a-Velha, de funcionalidades específicas das instalações do Museu, como o alojamento de investigadores visitantes e de colaboradores episódicos de escavações, funcionalidades que já existiram no actual edifício, mas que foram sacrificadas aos serviços educativos, à LAC e ao Cefop que esta hospeda.

#### 1.1.3 PROJECTOS DE CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

##### 1.1.3.1 ÁREA VEDADA

Conservar um sítio arqueológico é o desafio maior que se coloca aos seus responsáveis, sobretudo quando, por um lado, existe grande densidade de ruínas, numa extensa área e, por outro lado, as condições climáticas locais apresentam grandes amplitudes térmicas e frequentes alternâncias de sol e chuva. Tal é o caso de Conimbriga onde a exuberante flora espontânea e a desintegração de calcários e argamassas se renovam a igual ritmo.

O prestígio adquirido por este sítio arqueológico não permite o recurso fácil ao reenterramento de estruturas, como se disse. A densidade e a proximidade dos vestígios de edifícios, entre si e relativamente à presença dominante da muralha tardo-imperial

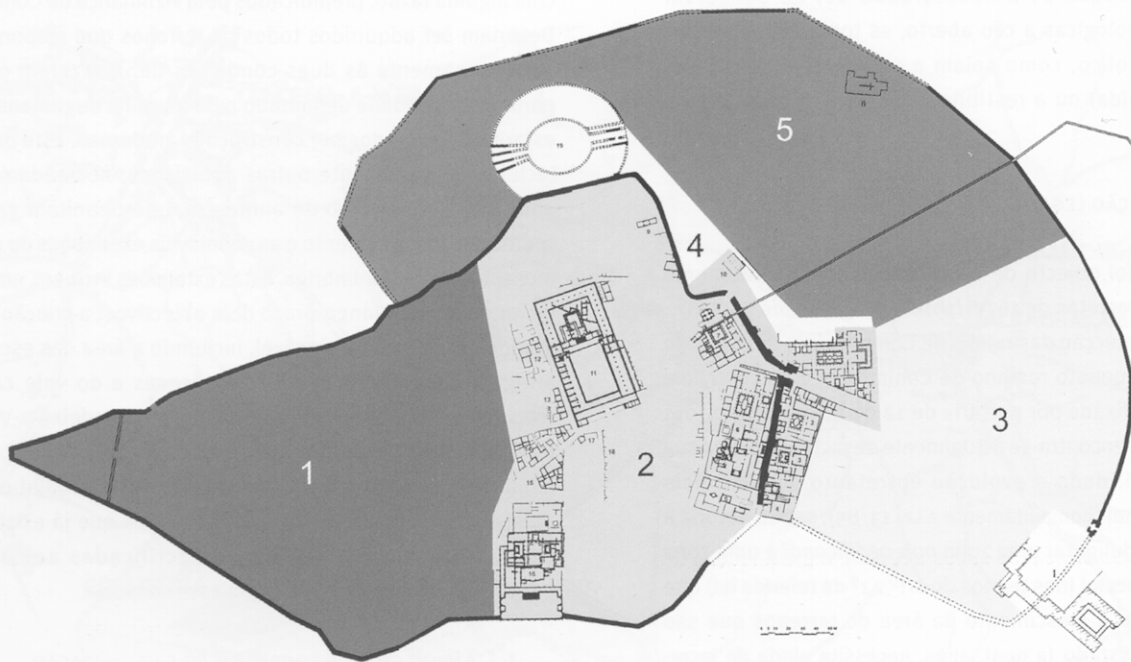


FIG. 1 CONIMBRIGA:

- 1 Reserva Arqueológica
- 2 Área aberta ao público, escavada ou a escavar
- 3 Área de reserva condicionada à utilização de superfície
- 4 Zona a adquirir para integrar na área aberta ao público
- 5 Zona a adquirir (parcialmente) para integrar em zona de reserva condicionada

impedem a multiplicação de abrigos de grande volumetria (como na Casa dos Repuxos) e limitam a sua eficácia. A forte envolvência paisagística, de feição rural mediterrânica, convida à preservação dos monumentos no seu romântico estado de ruína. Paralelamente, impõe-se a necessidade de proceder à construção de dispositivos preventivos, à consolidação por via química, ao restauro, ainda que mínimo, de muros e pavimentos bem como o dever de tornar facilmente compreensível o desenho dos edifícios e a sua inserção na malha urbana.

Por último, respondendo ao gosto contemporâneo, tão em voga, de revitalização dos monumentos - constituindo os cenários de espectáculos e lazeres - criar infra-estruturas que permitam tais usos. Tendo em conta estes requisitos, procedemos ao estudo de três dos monumentos mais expressivos da cidade e que melhor se prestam à reutilização, acontecendo que dois deles são também os que se encontram mais fragilizados e mal apresentados.

Trata-se do fórum e parte do bairro indígena que com ele coexistiu até final do 3º quartel do séc.I; das termas públicas flávio-trajânicas e do bairro indígena por elas destruído; das termas públicas tardo-imperiais adossadas ao aqueduto.

A filosofia de intervenção assenta, para qualquer dos três casos, nos mesmos princípios éticos e técnicos: preservação total das estruturas arqueológicas; restauro mínimo e discernível; fácil reversibilidade das novas instalações; presença discreta dos equipamentos de apoio logístico.

As coberturas indispensáveis não se elevam acima das estruturas existentes. No entanto, reconhecida a necessidade de indicadores de escala, no terreno, para facilitar ao visitante o entendimento dos edifícios antigos, decidiu-se levantar parcialmente uma pequena zona do fórum, com o que se pretende mais sugerir do que reconstruir.

A praça pública, lageada de novo sobre camada de areia que isola o pavimento original, muito degradado, permitirá a circulação do público e a apresentação de espectáculos diversos. Diversas poderão ser também as formas de revitalização do *solarium* e da *palaestra* das termas flávio-trajânicas, enquanto as termas do aqueduto são tratadas especialmente como espaço teatral. Nos três casos, dispõe-se de projectos desenhados e orçamentados já aprovados.

### 1.1.3.2 ÁREAS CIRCUNDANTES

Na parte mais antiga da aldeia de Condeixa-a-Velha situa-se o anfiteatro romano cuja investigação, já iniciada, só pode prosseguir após aquisição dos terrenos em que se situa (cf. pontos 1.1.2 e 1.2). Todavia, as galerias de acesso a poente encontram-se parcialmente desobstruídas, constituindo um imponente vestígio arquitectónico.

Sobre elas erguem-se duas casas modestas mas antiqüíssimas, com bonita presença. Estando devolutas em 1985, propôs o Museu a sua aquisição justificada por três razões: constituírem os prédios cobertura indispensável à preservação do monumento; não permitirem condições de habitabilidade para fins domésticos; possibilitarem a instalação, em plena aldeia, de uma extensão do Museu, drenando para ela uma parte considerável do fluxo turístico.

Obtidas a autorização e a verba necessárias à aquisição, só foi possível efectuar a compra de um imóvel, porquanto o outro está registado em nome de dois herdeiros, desconhecendo-se o paradeiro de um deles. A tutela tomou algumas medidas conducentes à resolução do problema mas abandonou-as inexplicavelmente; é uma atitude grave, pois a despeito da intervenção preventiva que o Museu efectuou, pode ocorrer desabamento do prédio não adquirido por se encontrar destelhado.

Esse prédio deverá ser objecto de expropriação urgente, pois é a única forma de ultrapassar a situação de impasse em que se caiu.

A revitalização das casas permite, como se disse, a criação de um polo museológico suscitando uma remodelação da envolvência que terá grande repercussão no bem-estar dos habitantes do lugar e em novas formas de convivência com o monumento, por muitos sentido, actualmente, como um estorvo (cf. ponto 2.1).

Pelo contrário, em Alcabideque, as nascentes e a torre de captação da água que um aqueduto levava até Conimbriga são objecto de afecto e orgulho para os residentes, embora a ausência de preparação cultural tenha conduzido a formas de coexistência esteticamente indesejáveis. São, todavia, fáceis de

corrigir, podendo-se com pouco dispêndio conciliar o monumento, o lavadouro público, o parque infantil e a casa do lavrador vizinho. A população ganhará um logradouro acolhedor, urbanizado, onde será possível explicar o monumento e a evolução do lugar.

O referido aqueduto dirigia-se a Conimbriga, ao longo de 3,5 kms, em parte visível, ora ao nível do caminho ora totalmente isento, quando atravessa a Mata da Bufarda acercando-se da entrada na cidade. O percurso total, desde a torre de captação à torre de distribuição, ou vice-versa, constitui um passeio, a pé ou de bicicleta, tão agradável quanto instrutivo acerca da engenharia romana e da agricultura e sistemas de regadio que, atravessando os séculos, ainda hoje se praticam.

Os três programas aflorados neste ponto carecem de estudos de pormenor. Por diversas vezes, a Autarquia tem manifestado interesse por eles, sendo nossa opinião que constituem matéria excelente para estreita colaboração, ao nível de iniciativas e concretizações, entre o Poder Local e o Central (cf. ponto 5). Embora marginal ao problema da salvaguarda das ruínas, parece-nos oportuno abordar aqui a situação da Mata da Bufarda, já porque se encontra na periferia do sítio arqueológico conservando vestígios do aqueduto e, eventualmente, outros; já porque - embora muito diminuída e adulterada em relação à floresta original - constitui ainda um coberto vegetal de grande importância para o estudo da flora mediterrânica; já porque as culturas introduzidas a partir da Idade Média, a exploração de saibro e a produção de cal são vestígios igualmente meritórios da evolução histórica de Condeixa-a-Velha.

Estando a mata fragmentada pela estrada de Tomar, dever-se-á tomar esta como limite da área a conservar e revitalizar, a qual não pode ser dissociada do “canhão” do Rio do Mouros e da plataforma em que se projecta construir o parque municipal de campismo. Há décadas que botânicos, arqueólogos e historiadores chamam a atenção para a urgência da classificação desta mata, tendo-se ouvido sugestões no sentido de que também ela deveria ser adquirida pelo Estado e entregue ao Museu de Conimbriga.

Não nos parece, todavia, que essa viesse a ser a melhor solução. Pela localização e aptidões que possui de constituir

espaço público de lazer, junto ao parque de campismo e às portas de uma vila onde um grande espaço verde não existe, entendemos que ao Município caberia a sua aquisição e exploração. Se outro for o entendimento camarário, poderão estudar-se alternativas, sem perder de vista o interesse público e a urgência de acautelarem este património valioso.

## 1.2 INVESTIGAÇÃO

Conimbriga nasceu, quer olhemos para o século XVI ou para os finais do século XIX, como uma “empresa científica”.

O desenvolvimento da pesquisa arqueológica presidiu ao desenvolvimento do projecto e marcou os momentos fundamentais da sua evolução. Seria desastroso pensar que o projecto de Conimbriga pode evoluir saudavelmente sem uma fortíssima atenção às questões essenciais da investigação científica na cidade romana.

A investigação científica aplicada e, desejavelmente, alguma investigação científica fundamental, são essenciais ao desenvolvimento da concepção global dos projectos, pois servem de base ao planeamento da conservação e da valorização; são indispensáveis à implementação dos projectos concretos nestes campos; asseguram o crescimento paulatino do património imaterial de que os projectos de educação se alimentam; constituem a base de sustentação do prestígio do local, para além das oscilações inevitáveis dos fluxos turísticos e, não despendidamente, constituem, por esta última via, um poderoso instrumento de promoção da instituição. Ainda que humanamente descapitalizada, Conimbriga tem sido capaz de assegurar a manutenção de um módico permanente de investigação na cidade que tem obrigatoriamente de se ver acrescentado, correlativamente a uma progressiva qualificação do seu pessoal - presente e a recrutar - e da evolução patente a nível nacional no desenvolvimento da formação académica pós-graduada em Arqueologia e da progressiva ênfase na profissionalização da formação graduada.

## 2 MUSEU

### 2.1 AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO

Concebido como monográfico, não pareceu nos finais de 1950, nem aquando da sua ampliação dez anos mais tarde, que o Museu de Conimbriga necessitasse de uma área para exposições temporárias. A dinâmica de contactos que entretanto ganhou, a falta em Coimbra, de um grande espaço expositivo, e a aproximação que nos últimos anos tem vindo a afirmar-se entre o Município de Condeixa, o Museu e a Liga de Amigos de Conimbriga (LAC), são razões para que viesse a estruturar-se a intenção de nova ampliação.

Em 1994, por incumbência da Directora do Instituto Português de Museus (IPM), definiram-se as linhas gerais de um programa que permitia construir uma galeria de exposições com aproximadamente 650 m<sup>2</sup>, dotar o museu de uma nova reserva e, por consequência, melhorar espaços de investigação e trabalho educativo. Esse programa deu lugar a um estudo prévio arquitectónico, aguardando-se instruções para o aprofundar. A necessidade de disponibilizar informação turística e apoio aos visitantes que desejam permanecer na região, conduziu a um acordo entre a Região de Turismo do Centro, a Autarquia, a LAC e o Museu, visando estabelecer em Conimbriga um ponto de apoio turístico.

A uma fase experimental bem sucedida, deve seguir-se a instalação de um serviço permanente, fruto de protocolo assinado pela Secretaria de Estado do Turismo e pelo Instituto Português de Museus.

### 2.2 EXTENSÃO EM CONDEIXA-A-VELHA

Conforme acima exposto (ponto 1.1.3.2) os prédios contíguos, situados sobre as galerias poente de entrada no anfiteatro romano, permitem criar uma pequena extensão museológica, compreendendo ao nível do primeiro andar (pela união dos dois prédios) uma galeria polivalente com arrecadação e, no piso térreo, um compartimento de apoio a escavações e à manutenção do edifício; uma sala para interpretação do monumento e uma

pequena instalação sanitária, situada no logradouro anexo. A vocação polivalente da galeria permitirá a apresentação de pequenas exposições temporárias de natureza vária, trabalho com as escolas da aldeia, oficinas infantis, diversificando ao máximo os níveis etários e culturais dos visitantes, o que obviamente se traduzirá em motor de reanimação do centro da aldeia. A rua que o atravessa presta-se muito bem à promoção do artesanato local e à reabilitação dos cafés existentes - tal como temos defendido nos últimos vinte anos. A aldeia tem de saber modernizar-se, inteligentemente, para captar turismo, beneficiando da contiguidade com Conimbriga (cf. ponto 4.5). Dependendo da extensão tomada pelo programa de aquisições seria também possível situar em Condeixa-a-Velha as capacidades próprias do Museu de alojamento de investigadores e colaboradores das escavações, sob modalidades a estudar.

## 3 ACESSOS E PARQUES

O acesso a Conimbriga por estrada nacional sofreu recentemente indiscutível melhoria, aguardando-se melhorias de pormenor no que diz respeito à sinalização. Os acessos internos, entre a aldeia de Condeixa-a-Velha, o Museu/Ruínas, a Mata da Bufarda e a margem esquerda do Rio dos Mouros foram também recentemente facilitados pela abertura de um caminho viário na periferia do sítio arqueológico, mas carecem, ainda assim, de reformulação.

Aliás, a relação viária com a própria vila deve ser seriamente repensada. Sendo certo que o traçado do IP3 provocou um corte profundo no terreno, não é menos verdade que a ligação Condeixa-a-Nova/Conimbriga não se tornou mais perigosa do que era através da EN342. Uma ligação entre Museu, Ruínas e Aldeia não pode permitir a passagem de veículos motorizados, porquanto isso cerceia o conforto e segurança dos peões - em elevada percentagem crianças e idosos - e contraria toda a filosofia por que lutamos, de defesa do ambiente e salvaguarda do monumento.

Estamos, todavia, cientes de que o problema só terá cabal resolução quando se encontrarem reunidas três condições: aquisição pelo Estado de todas as parcelas rústicas que integram o perímetro urbano da cidade romana; construção do parque de campismo e respectivos acessos; política de defesa patrimonial conjuntamente praticada pelo Município, a Junta de Freguesia e o Museu.

O parque automóvel do Museu responde às necessidades normais. Grandes eventos, concentrando duas a três mil pessoas, exigem outras disponibilidades as quais foram facilitadas pela abertura da variante sul de Condeixa e deverão ser contempladas aquando da construção do parque de campismo. O parque de merendas e lazer de Conimbriga (instalado em 1980) encontra-se na fase embrionária, mas está já envelhecido, carecido de estudo paisagístico e redefinição de funções, ao nível de pormenor.

Opção para nós assente, é a que diz respeito ao equipamento lúdico que deve responder aos seguintes requisitos: resistente ao tempo e ao vandalismo; de fácil manutenção; interessante para crianças, jovens e adultos; amortecedor de energias concentradas pelos grupos escolares durante longas viagens; compatível com a atmosfera do lugar. Existe um estudo desenhado e orçamentado que responde de forma positiva a estes vários requisitos.